**Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva no Piauí: BREVE Considerações.**

O resumo ora apresentado é parte de uma pesquisa de Mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Traz como objeto de estudo a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva frente a análise dos dados e evidências fornecidos pelo painel de monitoramento do Plano Nacional de Educação no Estado do Piauí e dados do Painel de Indicadores da Educação Especial do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), esses painéis, visam instrumentalizar gestores na criação de políticas públicas baseadas em informações concretas. A pesquisa é quantitativa e bibliográfica, delineados em Gil (1991). O estudo sobre a formação de professores no Piauí, com foco na educação inclusiva, explora as dificuldades e avanços enfrentados pelas escolas ao integrar alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige não só ajustes na infraestrutura física das escolas, mas também profundas transformações nas práticas pedagógicas e no currículo, para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam aprender de maneira igualitária e efetiva. Neste contexto, a formação dos professores emerge como um dos pilares fundamentais dessa transformação, sendo necessário que ela vá além da aplicação de técnicas educacionais. Deve envolver uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e proporcionar aos docentes a oportunidade de reavaliar continuamente suas abordagens, como defendido por Nóvoa (1995). Ele argumenta que a formação do professor não é um processo simples de acumulação de conhecimentos, mas sim uma contínua (re)construção de identidade profissional. No que tange à educação inclusiva, Valdelúcia Costa (2015) propõe que a formação dos professores deve contemplar não apenas a prática pedagógica, mas também a formação teórica e investigativa. Para Costa, a formação continuada deve ser uma vivência integrada ao cotidiano da escola, permitindo que o professor possa lidar de maneira crítica e sensível com as desigualdades educacionais e sociais. A autora ressalta que a formação para a educação inclusiva precisa envolver tanto a teoria quanto a prática, não apenas para adaptar metodologias, mas para transformar a forma como os professores enxergam e respondem aos desafios da inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), estabelecida em 2008, apresenta uma diretriz importante ao reconhecer que a educação especial deve ser totalmente integrada ao paradigma da educação inclusiva. A política orienta que os professores da educação básica devem possuir, em sua formação inicial e continuada, tanto os conhecimentos gerais necessários para o exercício da docência quanto os conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais. A PNEEPEI reforça que a formação de professores não deve ser uma ação pontual, mas um processo contínuo ao longo de toda a carreira docente, garantindo que os profissionais estejam sempre atualizados e preparados para lidar com as diversas necessidades de seus alunos. A legislação em vigor sobre a formação continuada dos professores é regida pela Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Esta resolução articula a formação continuada com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente com a Meta 15, que prevê que todos os professores da educação básica tenham acesso a uma formação continuada de qualidade. A BNC-Formação Continuada, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação, enfatiza que essa formação deve ter características como a duração prolongada, o uso de metodologias ativas de aprendizagem, o trabalho colaborativo entre os pares e a coerência sistêmica com os objetivos da educação básica. Os resultados do monitoramento do PNE de 2024 revelam que, no Piauí, a formação dos professores avançou significativamente, com 53,1% dos docentes possuindo algum tipo de pós-graduação, ultrapassando a meta nacional de 50% estabelecida pelo PNE. Entretanto, a distribuição da formação continuada entre os professores mostra uma concentração em especializações. Apenas 2,9% dos docentes possuem mestrado e 0,8% doutorado, evidenciando que a maior parte da formação é realizada por meio de cursos de pós-graduação lato sensu. Esses números refletem a necessidade de um maior incentivo à formação de nível mais avançado, como mestrado e doutorado, para melhorar a qualificação dos professores (INEP, 2023). Em relação à formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a situação é preocupante. Dados do Instituto Rodrigo Mendes (IRM) de 2024, mostram que, dos 1.189 professores atuando no AEE no Piauí, 73,4% não possuem formação continuada específica para a área, ou seja, aproximadamente 873 profissionais não têm a qualificação necessária para atender adequadamente alunos com necessidades educacionais especiais. Apenas 26,6% dos professores de AEE, ou cerca de 316 profissionais, possuem formação continuada, o que evidencia a urgente necessidade de políticas públicas que assegurem a qualificação desses docentes, garantindo uma educação inclusiva de qualidade para os alunos (IRM, 2024). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que entrou em vigor em 2008, estabelece que a formação de professores deve ser contínua e incluir tanto conhecimentos gerais sobre o exercício da docência quanto conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais. Em suma, embora o Piauí tenha avançado na qualificação de seus professores, o estado enfrenta desafios significativos na formação continuada dos docentes, especialmente para a educação inclusiva e o AEE. A ampliação das políticas de formação, com ênfase na continuidade e no aprofundamento da qualificação, é essencial para garantir uma educação de qualidade para todos, conforme as metas estabelecidas pelo PNE.

Referências:

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 05 dez. 2024.

Censo da Educação Básica/Inep, 2013-2023. Disponível em: https://www.inep.gov.br/. Acesso em: 02 dez. 2024.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Painel de Indicadores da Educação Especial, 2023. Disponível em: https://diversa.org.br/indicadores/. Acesso em: 10 dez. 2024.

COSTA, Valdelúcia A. da. Formação e teoria crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência. Niterói: Eduff, 2005.

CURY, Carlos. Formação Continuada de Professores. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓVOA, António. A formação de professores e a reflexividade crítica. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.